

RECURSO ESPECIAL Nº 1.768.252 - PR (2018/0247790-7)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA
RECORRENTE : CLEIDE APARECIDA PERES TONELI
RECORRENTE : ELIZIONE DE SOUZA
RECORRENTE : GILBERTO ALVES PEREIRA
RECORRENTE : MARCIA CASELATTO SOARES
RECORRENTE : MARLI MARIA DE JESUS BRANDAO
RECORRENTE : VALDICE PIRES DA SILVA
RECORRENTE : VANESSA CAMARGO DE ALMEIDA SOUZA
RECORRENTE : ANTONIA PIRES SIGUINOLFI
ADVOGADOS : HUGO FRANCISCO GOMES E OUTRO(S) - PR017527
VANESSA LEAL - PR043072
FERNANDA DA SILVEIRA RAMOS - PR066209
RECORRIDO : FEDERAL DE SEGUROS S/A EM LIQUIDAÇÃO
EXTRAJUDICIAL
REPR. POR : LUIZ HENRIQUE SANTOS DE PAULA - LIQUIDANTE
ADVOGADOS : DARIO BORGES DE LIZ NETO E OUTRO(S) - PR031148
JOSEMAR LAURIANO PEREIRA - RJ132101
RUBIA ANDRADE FAGUNDES - PR047282
EDUARDA NEVES MARTINS - PR070363
VINÍCIUS HOFFMANN SILVA - PR068122
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ANTONIA PIRES SIGUINOLFI e outros, com base no artigo 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, impugnando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com a seguinte ementa:

AGRAVO - AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA - RECONHECIMENTO DA INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL - INADMISIBILIDADE DO RECURSO - IMPROPRIEDADE DO INSTRUMENTO - MATÉRIA DECIDIDA EM PRIMEIRO GRAU QUE NÃO É PASSÍVEL DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECURSO DESPROVIDO.

Nas razões do especial, apontam violação dos arts. 5º, XXXVI, da Constituição Federal; 6º, § 1º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro; 1.015 e 1021, § 4º, do Código de Processo Civil/2015, assim como divergência

jurisprudencial. Sustentam a possibilidade de interposição de agravo de instrumento no presente caso, afirmando que "resta demonstrado que a Caixa Econômica Federal não detém interesse para ingressar na demanda, sendo competente a Justiça Estadual para o processamento e julgamento do feito" (fl. 565).

Alegam ser indevida a aplicação da multa descrita no art. 1021, § 4º, CPC/2015, visto que não houve intenção protelatória no presente processo.

O recurso foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 670-672, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

No tocante à possibilidade de interposição de agravo de instrumento contra decisão que discute competência, a Quarta Turma deste Superior Tribunal de Justiça firmou o seguinte entendimento: *"apesar de não previsto expressamente no rol do art. 1.015 do CPC/2015, a decisão interlocutória relacionada à definição de competência continua desafiando recurso de agravo de instrumento, por uma interpretação analógica ou extensiva da norma contida no inciso III do art. 1.015 do CPC/2015, já que ambas possuem a mesma ratio -, qual seja, afastar o juízo incompetente para a causa, permitindo que o juízo natural e adequado julgue a demanda"* (REsp 1679909/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 1/2/2018).

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS. COMPETÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 1.015 DO CPC/15. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. É cabível agravo de instrumento para impugnação de decisão interlocutória que decide sobre competência, conferindo-se interpretação analógica ou extensiva ao inciso III do art. 1.015 do CPC/2015.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1309300/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES, QUARTA TURMA, julgado em 18.9.2018, DJe 27.9.2018.)

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CAUTELAR DE ARRESTO. COMPETÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. HIPÓTESES DE CABIMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERPRETAÇÃO ANALÓGICA OU EXTENSIVA DO INCISO III DO ART. 1.015 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Fica inviabilizado o conhecimento de temas trazidos na petição de recurso especial, mas não debatidos e decididos nas instâncias ordinárias, tampouco opostos embargos declaratórios para sanar eventual omissão, porquanto ausente o indispensável prequestionamento. Aplicação, por analogia, das Súmulas 282 e 356 do STF.

2. A decisão que define a competência relativa ou absoluta é semelhante à decisão interlocutória que versa sobre rejeição da alegação de convenção de arbitragem, prevista no art. 1.015, III, do CPC/2015 (porquanto visa afastar o juízo incompetente para a causa) e, como tal, merece tratamento isonômico a autorizar o cabimento do agravo de instrumento. Precedentes.

3. Para a caracterização do alegado dissídio jurisprudencial, não basta a simples transcrição de ementas, devendo ser mencionadas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, bem como deve ser indicada a lei federal a que foi atribuída interpretação divergente, sob pena de não serem atendidos os requisitos previstos nos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ - previstos no art. 541, parágrafo único, do CPC/73 e no art. 255, § 2º, do RISTJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no EDeI no REsp 1731330/CE, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES, QUARTA TURMA, julgado em 21.8.2018, DJe 27.8.2018.)

No caso, tendo o Tribunal de origem concluído que "Pela simples análise do artigo supra, observa-se que assunto relativo a competência para julgamento de causa não está elencado no mesmo" (e-STJ, fl. 522), se mostra em dissonância com o entendimento firmado pelo Colegiado da Quarta Turma do STJ, razão pela qual merece reforma.

Por fim, destaco que a Segunda Seção deste Superior Tribunal de Justiça entendeu que "a aplicação da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 não é

automática, não se tratando de mera decorrência lógica do não provimento do agravo interno em votação unânime. A condenação do agravante ao pagamento da aludida multa, a ser analisada em cada caso concreto, em decisão fundamentada, pressupõe que o agravo interno se mostre manifestamente inadmissível ou que sua improcedência seja de tal forma evidente que a simples interposição do recurso possa ser tida, de plano, como abusiva ou protelatória, o que, contudo, não ocorreu na hipótese examinada” (AgInt nos EREsp 1120356/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/8/2016, DJe 29/8/2016).

No caso em análise, por mais que a Corte estadual tenha classificado as razões do agravo como “manifestamente improcedente”, entendo que a sua interposição, por si só, não pode ser considerada como protelatória ou como litigância de má-fé, de modo que incabível a aplicação de penalidade à parte que exerce regularmente faculdade processual prevista em lei (EDcl no AgInt nos EAREsp 782.294/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/12/2017, DJe 18/12/2017).

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos à Corte estadual para que aprecie o mérito da competência discutida nos autos do agravo de instrumento nº 1720869-0/01, bem como para afastar a aplicação da multa prevista no artigo 1021, § 4º, do CPC/15.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora